

319/2013

Aprovado em reunião
de 18 OUT. 2013

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTABELECIDO NO DECRETO – LEI Nº. 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO.

= A Câmara deliberou, por com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de:

1 - Ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores, as seguintes competências referentes à concessão de licenças administrativas:

- As operações de loteamento;
- As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- As obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- As obras de reconstrução sem preservação das fachadas;

- As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução.

2 – Delegar no seu presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores, a competência para aprovação da informação prévia prevista no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

3 – Delegar no seu presidente a competência para aprovação fracionada do pagamento das taxas referidas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º até ao termo do prazo de execução fixado no alvará, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi dito que entende que a Lei dá competências à Câmara Municipal para delegar poderes no Sr. Presidente. Mas atendendo ao contexto de crise, não concorda que a totalidade das competências possa passar para o Sr. Presidente, pelo que não aprova integralmente a proposta, daí que votará contra.

O Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrata, também efetuou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária votam contra a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente, alegando que há uma excessiva concentração de funções no Presidente e respetivos Vereadores. Assim, os vereadores do partido social democrata não compreendem como é que, relativamente ao ponto de definição dos vereadores em regime de tempo inteiro, tenham demonstrado interesse em atribuir competências e pelouros aos vereadores dos partidos da oposição para uma maior abrangência de funções pelos eleitos e tenha sido recusado, situação que lamentam.”



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião
de 18 OUT. 2013

N.º Propostas/2013/349

ASSUNTO:

Delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente no âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro

CONSIDERANDO QUE:

- a) O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 5-B/2000, de 29 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 13-T/2001, de 30 de junho, Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 157/2006, de 08 de agosto, Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho, Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro e Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro;
- b) Segundo o disposto no artigo 5.º n.º 1 e n.º 4 daquele diploma legal, a concessão de licenças administrativas e a aprovação da informação prévia regulada no mesmo é da competência da câmara municipal, podendo ser delegada no seu presidente, com faculdade de subdelegação nos vereadores;
- c) Dispõe ainda o artigo 117.º n.º 2 que, o pagamento das taxas referidas nos n.os 2 a 4 do artigo 116.º pode, por deliberação da câmara municipal, com faculdade de delegação no presidente e de subdelegação deste nos vereadores ou nos dirigentes dos serviços municipais, ser fracionado até ao termo do prazo de execução fixado no alvará desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54º do mesmo diploma;
- d) A delegação de competências no presidente da câmara municipal, e a posterior subdelegação nos seus vereadores, permite maior celeridade à tomada de decisões, permitindo em conformidade a melhoria da prestação de serviços aos munícipes e à comunidade em geral;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

1 - Delegar no seu presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores, as seguintes competências referentes à concessão de licenças administrativas referentes a:

- As operações de loteamento;
- As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- As obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

demolição de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação;

- As obras de reconstrução sem preservação das fachadas;
- As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução.

2 - Delegar no seu presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores, a competência para aprovação da informação prévia prevista no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

3 - Delegar no seu presidente a competência para aprovação do fracionamento do pagamento das taxas referidas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º até ao termo do prazo de execução fixado no alvará, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

Vila Real de Santo António, 15 de Outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes